



Documento Assinado Digitalmente por: EDICLEIDE FERREIRA TORRES DOS SANTOS, FABIO QUEIROZ ARAGAO
Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 6c5f085d-0fef-4d7f-a7b7-e098e693306



Balanço Financeiro do Município

Demonstrações Contábeis Consolidadas



BFM
2023

Publicado em março de 2024



Documento Assinado Digitalmente por: EDICLEIDE FERREIRA TORRES DOS SANTOS, FABIO QUEIROZ ARAGAO
Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 6c5f085d-0fef-4d7f-a7b7-e098e693306



BFM
2023

Balanço Financeiro do Município

Demonstrações Contábeis Consolidadas

Órgão Central de Contabilidade Municipal



Publicado em março de 2024



APRESENTAÇÃO

O Balanço Financeiro do Município (BFM) foi elaborado em conformidade com o Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64, o qual teve sua estrutura atualizada pela Portaria STN nº 438/2012, bem como este aderente ao item 3, da Parte V, da 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) conforme Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021, bem como pelas Instruções de Procedimento Contábeis (IPC) nº 06.

Os registros contábeis de natureza orçamentária e financeiras utilizados na elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela *International Federation of Accountants (IFAC)*, respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020, alterado pelo Decreto Federal nº 11.644, de 16 de agosto de 2023. Todas as operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições, com o suporte orientativo do Centro de Estudos, Pesquisa e Assessoria em Administração Municipal Ltda (CESPAM).

O balanço tem por objetivo apresentar o fluxo financeiro do município, decorrente das operações orçamentárias e extraorçamentárias apuradas durante todo o exercício, a qual resulta em aumento ou diminuição das disponibilidades financeiras ao compararmos saldos iniciais e finais.

Integra-se ao balanço as notas explicativas, elaboradas em conformidade com o MCASP e anexos IX e XI da Resolução TCE-PE nº 217, de 06 de dezembro de 2023.

Para melhor compreensão por parte dos usuários das informações contábeis, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.

Expirados os prazos de vigência de decretos declaratórios de estado de calamidade pública, as atividades relacionadas com a atuação do Poder Executivo Municipal abrangidas pela gestão fiscal retornam ao pleno vigor. São exigidas ações planejadas e transparentes, metas a serem cumpridas e obediência a índices e percentuais obrigatórios, estabelecidos pelo art. 212 da Constituição da República e pelas Leis Complementares nº 101/2000 e nº 141/2012.

Analisando os dados do balanço, o resultado financeiro do exercício foi de R\$ 27.444.180,29 (superavitário). A seguir será apresentado o Balanço Financeiro na íntegra e na sequência as Notas Explicativas.

FÁBIO QUEIROZ ARAGÃO
Prefeito

EDICLEIDE FERREIRA TORRES DOS SANTOS
Contadora



Documento Assinado Digitalmente por: EDICLEIDE FERREIRA TORRES DOS SANTOS, FABIO QUEIROZ ARAGAO
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 6c5f085d-0fef-4d7f-a7b7-e7098e693306

BFM
2023

Balanço Financeiro do Município

Demonstrações Contábeis Consolidadas

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE

Avenida Padre Zuzinha, 178 - Centro - 55.192-000 - Santa Cruz do Capibaribe/ PE
CNPJ: 10.091.569/0001-63



Usuário: Santa Cruz do Capibaribe	Chave de Autenticação 1927-5515-162	Página 1 / 1
-----------------------------------	--	-----------------

Anexo 13 - Balanço Financeiro

Valores em R\$ - Período: 01/01/2023 até 31/12/2023
Despesa realizada: Empenhada

Ingressos			Dispêndios		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita orçamentária (I) (Nota 1)	372.760.507,48	336.104.889,33	Despesa orçamentária (VI) (Nota 6)	340.562.068,33	301.204.209,33
Ordinária	201.834.756,66	180.674.647,96	Ordinária	174.923.463,29	158.550.338,92
Vinculada	197.369.626,65	179.603.152,18	Vinculada	165.638.605,04	142.653.870,41
Recursos Vinculados à Educação	98.829.256,44	84.088.339,34	Recursos Destinados à Educação	97.338.386,57	89.385.123,68
Recursos Vinculados à Saúde	34.135.607,07	39.237.306,39	Recursos Destinados à Saúde	44.000.224,77	29.155.145,68
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS	58.782.689,71	45.947.959,65	Recursos Destinados à Previdência Social - RPPS	15.296.966,14	13.373.375,95
Recursos Vinculados à Previdência Social - RGPS			Recursos Destinados à Previdência Social - RGPS		
Recursos Vinculados à Assistência Social	2.298.245,22	2.233.052,51	Recursos Destinados à Assistência Social	2.697.577,95	1.722.344,90
Outras Destinações de Recursos	3.323.828,21	8.096.494,29	Outras Destinações de Recursos	6.305.449,61	9.017.880,20
(-) Deduções da receita	26.443.875,83	24.172.910,81			
Ordinária	25.032.693,98	24.170.615,15			
Vinculada	1.411.181,85	2.295,66			
Recursos Vinculados à Educação	1.411.181,85	2.295,66			
Recursos Vinculados à Saúde					
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS					
Recursos Vinculados à Previdência Social - RGPS					
Recursos Vinculados à Assistência Social					
Outras Destinações de Recursos					
Transferências financeiras recebidas (II) (Nota 2)	79.000.631,04	67.365.907,99	Transferências financeiras concedidas (VII) (Nota 7)	79.000.631,04	67.365.907,99
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	79.000.631,04	67.365.907,99	Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	79.000.631,04	67.365.907,99
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária			Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS			Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS			Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS		
Recebimentos extraorçamentários (III) (Nota 3)	50.480.924,54	44.820.241,18	Pagamentos extraorçamentários (VIII) (Nota 8)	55.235.183,40	44.822.974,48
Inscrição de restos a pagar processados	5.323.555,60	6.124.160,99	Pagamento de restos a pagar processados	6.065.654,23	4.685.360,65
Inscrição de restos a pagar não processados	193.539,67	3.003.213,74	Pagamento de restos a pagar não processados	1.110.287,24	1.612.766,73
Depósitos restituíveis e valores vinculados	44.963.829,27	35.686.701,55	Depósitos restituíveis e valores vinculados	45.306.469,28	34.290.807,13
Outros Recebimentos Extraorçamentários		6.164,90	Outros Pagamentos Extraorçamentários	2.752.772,65	4.234.039,97
Saldo do Exercício Anterior (IV) (Nota 4)	157.807.320,28	122.909.373,58	Saldo para o Exercício Seguinte (IX) (Nota 9)	185.251.500,57	157.807.320,28
Caixa e equivalentes de caixa	42.109.502,65	34.101.185,86	Caixa e equivalentes de caixa	25.659.055,26	42.109.502,65
Investimentos e aplicações temporárias	115.697.817,63	88.808.187,72	Investimentos e aplicações temporárias	159.592.445,31	115.697.817,63
Depósitos restituíveis e valores vinculados (Nota 5)			Depósitos restituíveis e valores vinculados (Nota 10)		
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	660.049.383,34	571.200.412,08	TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	660.049.383,34	571.200.412,08

Nota: Considerados os valores intra-orçamentários

Entidades Consolidadas: Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Capibaribe, Câmara Municipal de Vereadores de Santa Cruz do Capibaribe, Fundo Municipal de Saúde de Santa Cruz do Capibaribe, Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santa Cruz do Capibaribe, Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Capibaribe, Regime Próprio de Previdência Social de Santa Cruz do Capibaribe, Secretaria Municipal de Educação de Santa Cruz do Capibaribe, SANTA CRUZ PREV

FABIO QUEIROZ
ARAGAO:02552
709419

Assinado de forma digital por FABIO QUEIROZ ARAGAO:02552709419

Fábio Queiroz Aragão
Prefeito
CPF: 025.527.094-19

EDICLEIDE FERREIRA TORRES DOS SANTOS
Contadora
CRC: 027067/O-9

EDICLEIDE FERREIRA TORRES DOS SANTOS
Assinado de forma digital por EDICLEIDE FERREIRA TORRES DOS SANTOS:83070613420



BALANÇO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE
Demonstrações Contábeis Consolidadas



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos IX e XI da Resolução TCE-PE nº 217, de 06 de dezembro de 2023)

(ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO DA LEI Nº 4.320/64 – MCASP)

a) INFORMAÇÕES GERAIS:

a.1. Nome do órgão ou entidade responsável pela consolidação: Município de Santa Cruz do Capibaribe (PM)
a.2. Natureza jurídica (conforme código da RFB): 124-4 - Município.
a.3. Domicílio do órgão ou entidade: Avenida Padre Zuzinha, nº 178 – Bairro: Centro – Cidade: Santa Cruz do Capibaribe – Pernambuco – CEP: 55.190-001.
a.4. Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade consolidadora: O Município de Santa Cruz do Capibaribe concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124-4 “Município” possui como atividade principal “Administração Pública em Geral”. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de receitas correntes e de capital, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). Eventualmente podem ser vistos repasses recebidos e concedidos através das transferências financeiras.
a.5. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 1.131/2021, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição e Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 06. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Conjunta STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP nº “00” Estrutura Conceitual e NBC TSP nº 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do <i>International Federation of Accountants (IFAC)</i> através das <i>International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)</i> das quais destacamos a de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.
a.6. Consolidação das demonstrações contábeis abrangendo: A consolidação desta demonstração contábil abrange o Poder Legislativo e Executivo, bem como os órgãos da administração direta e indireta, incluindo os fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, caso existam, conforme relação a seguir: <ol style="list-style-type: none">1) Câmara Municipal de Vereadores;2) Prefeitura Municipal;3) Fundo Municipal de Saúde (FMS);4) Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);5) Secretaria Municipal de Educação;6) Fundo Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente (FUNDECA);7) Instituto de Previdência Própria dos Servidores Municipais de Santa Cruz do Capibaribe.

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas: A seguir serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade, que afetaram a elaboração especificamente do balanço financeiro, tendo em consideração que as opções e premissas da legislação afetam a contabilidade aplicada ao setor público.
b.2. Bases de mensuração utilizadas: <ul style="list-style-type: none">▪ O balanço financeiro foi elaborado sobre o regime misto. Ou seja, de caixa para as receitas e competência para as despesas, conforme art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64, realizando ao final do exercício, a inscrição dos restos a pagar processados e não processados no lado dos ingressos extraorçamentários.▪ A moeda utilizada para os registros contábeis foi o real com valores históricos e constantes.▪ Para estruturação do balanço e conseqüente apuração do resultado financeiro foram utilizadas as classes do plano de contas 1 (Ativo) e 2 (Passivo) para os recebimentos e pagamentos extraorçamentários de depósitos restituíveis e valores vinculados, saldo em espécie do exercício anterior e saldo em espécie para o exercício seguinte. Foi utilizado a classe 3 (Variações Patrimoniais Diminutivas), para as transferências financeiras concedidas e classe 4 (Variações Patrimoniais Aumentativas), para as transferências financeiras recebidas. A classe 5 (Orçamento Aprovado) serviu para o registro da inscrição de restos a pagar e classe 6 (Execução do Orçamento) para o devido registro das receitas orçamentárias e despesas orçamentárias, além dos pagamentos de restos a pagar.

Documento Assinado Digitalmente por: EDICLEIDE FERREIRA TORRES DOS SANTOS; FABIO QUEIROZ ARAGAO
Acesse em: <https://tce.tce-pe.gov.br/epip/vr/validarDoc.aspx?CodigoDoDocumento=654085640f44747e7b7c099e092206>

BALANÇO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE
Demonstrações Contábeis Consolidadas



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos IX e XI da Resolução TCE-PE nº 217, de 06 de dezembro de 2023)

- As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.
- Foi incluído no saldo do exercício anterior e no saldo para o exercício seguinte a linha investimentos e aplicações temporárias do nível 1.1.4 por se tratar de investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, em conformidade com a Resolução BACEN CMN nº 4.963/2021. Esta classificação está em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) 9ª Edição, tanto em relação a estrutura do plano de contas, como a estrutura das demonstrações contábeis no Anexo V, além de atender o IPC nº 00. Estes valores são idênticos a linha "Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo" no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.
- O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades das entidades municipais consolidadas. No BFI é possível realizar a apuração do resultado de duas maneiras obedecendo as seguintes equações:

MODO 1

Saldo para o Exercício Seguinte (-) Saldo do Exercício Anterior = Resultado Financeiro do Exercício

MODO 2

Receita Orçamentária + TFR + Recebimentos Extraorçamentários (-) Despesa Orçamentária (-) TFC (-) Pagamentos Extraorçamentários = Resultado Financeiro do Exercício

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no BFM decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária ou dos fluxos de caixa.

b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao BFM.

A classificação de ativos, a constituição de provisões, o reconhecimento de variações patrimoniais e a transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos e entidades serão apontados nas notas explicativas do balanço patrimonial, caso existam.

c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:

c.1. Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir será apresentada de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

**Anexo 13 – Balanço Financeiro da Lei Federal 4.320/64
(REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)**

--

Documento Assinado Digitalmente por: EDICLEIDE FERREIRA TORRES DOS SANTOS, FABIO QUEIROZ ARAGAO
Acesse em: <https://eccc.tce-pe.gov.br/ppp/validaDoc.aspx?Codigo=documento-65f0865d-0ff1-4d7f-a7b7-e0998e692306>

BALANÇO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE
Demonstrações Contábeis Consolidadas



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos IX e XI da Resolução TCE-PE nº 217, de 06 de dezembro de 2023)

Documento Assinado Digitalmente por: EDICLEIDE FERREIRA TORRES DOS SANTOS, FABIO QUEIROZ ARAÇAO
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 6c5f085d-0fef-4d7f-a7b7-e098e693306

ESPECIFICAÇÃO	Ingressos	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita orçamentária (I)(Nota 1)	372.760.507,48	336.104.889,33
Ordinária	201.834.756,66	180.674.647,96
Vinculada	197.369.626,65	179.603.152,18
Recursos Vinculados à Educação	98.829.256,44	84.088.339,34
Recursos Vinculados à Saúde	34.135.607,07	39.237.306,39
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS	58.782.689,71	45.947.959,65
Recursos Vinculados à Previdência Social - RGPS		
Recursos Vinculados à Assistência Social	2.298.245,22	2.233.052,51
Outras Destinações de Recursos	3.323.828,21	8.096.494,29
(-) Deduções da receita	26.443.875,83	24.172.910,81
Ordinária	25.032.693,98	24.170.615,15
Vinculada	1.411.181,85	2.295,66
Recursos Vinculados à Educação	1.411.181,85	2.295,66
Recursos Vinculados à Saúde		
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS		
Recursos Vinculados à Previdência Social - RGPS		
Recursos Vinculados à Assistência Social		
Outras Destinações de Recursos		
Transferências financeiras recebidas (II) (Nota 2)	79.000.631,04	67.365.907,99
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	79.000.631,04	67.365.907,99
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS		
Recebimentos extraorçamentários (III) (Nota 3)	50.480.924,54	44.820.241,18
Inscrição de restos a pagar processados	5.323.555,60	6.124.160,99
Inscrição de restos a pagar não processados	193.539,67	3.003.213,74
Depósitos restituíveis e valores vinculados	44.963.829,27	35.686.701,55
Outros Recebimentos Extraorçamentários		6.164,90
Saldo do Exercício Anterior (IV)(Nota 4)	157.807.320,28	122.909.373,58
Caixa e equivalentes de caixa	42.109.502,65	34.101.185,86
Investimentos e aplicações temporárias	115.697.817,63	88.808.187,72
Depósitos restituíveis e valores vinculados (Nota 5)		
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	660.049.383,34	571.200.412,08

Nota 1) RECEITA ORÇAMENTÁRIA: O valor total das receitas públicas arrecadadas no exercício foi de R\$ 372.760.507,48.

Nota 2) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS: O valor contabilizado das transferências financeiras recebidas para execução orçamentária foi de R\$ 79.000.631,04 e para aportes de recursos para o RPPS de R\$ 0,00, totalizando o valor de R\$ 79.000.631,04.

Nota 3) RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os ingressos extraorçamentários totalizam R\$ 50.480.924,54, sendo R\$ 5.517.095,27, relativo a inscrição dos restos a pagar, R\$ 44.963.829,27, decorrentes de depósitos e valores restituíveis e R\$ 0,00 de outros recebimentos extraorçamentários.

Nota 4) SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR: O valor disponível em bancos no exercício anterior foi de R\$ 42.109.502,65, além de R\$ 115.697.817,63 em investimentos e aplicações temporárias. Foi incluído no saldo do exercício anterior na linha investimentos e aplicações temporárias o valor de R\$ 115.697.817,63 do nível 1.1.4 por se tratar de investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com Resolução BACEN CMN nº 4.963/2021, classificados neste nível conforme determina o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) 9ª Edição, bem como em conformidade com o IPC nº 00. Estes valores são idênticos a linha "Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo" no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.

Nota 5) DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS: O saldo de depósitos restituíveis e valores vinculados foi de R\$ 0,00 e de outros rendimentos foi R\$ 0,00.

BALANÇO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE
Demonstrações Contábeis Consolidadas



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos IX e XI da Resolução TCE-PE nº 217, de 06 de dezembro de 2023)

Documento Assinado Digitalmente por: EDICLEIDE FERREIRA TORRES DOS SANTOS, FABIO QUEIROZ ARAÇAO
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 6c5f0854-0fef-4d7f-a7b7-e098e693306

ESPECIFICAÇÃO	Dispêndios	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa orçamentária (VI) (Nota 6)	340.562.068,33	301.204.209,33
Ordinária	174.923.463,29	158.550.338,92
Vinculada	165.638.605,04	142.653.870,41
Recursos Destinados à Educação	97.338.386,57	89.385.123,68
Recursos Destinados à Saúde	44.000.224,77	29.155.145,68
Recursos Destinados à Previdência Social - RPPS	15.296.966,14	13.373.375,95
Recursos Destinados à Previdência Social - RGPS		
Recursos Destinados à Assistência Social	2.697.577,95	1.722.344,90
Outras Destinações de Recursos	6.305.449,61	9.017.880,20
Transferências financeiras concedidas (VII) (Nota 7)	79.000.631,04	67.365.907,99
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	79.000.631,04	67.365.907,99
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS		
Pagamentos extraorçamentários (VIII) (Nota 8)	55.235.183,40	44.822.974,48
Pagamento de restos a pagar processados	6.065.654,23	4.685.360,65
Pagamento de restos a pagar não processados	1.110.287,24	1.612.766,73
Depósitos restituíveis e valores vinculados	45.306.469,28	34.290.807,13
Outros Pagamentos Extraorçamentários	2.752.772,65	4.234.039,97
Saldo para o Exercício Seguinte (IX) (Nota 9)	185.251.500,57	157.807.320,28
Caixa e equivalentes de caixa	25.659.055,26	42.109.502,65
Investimentos e aplicações temporárias	159.592.445,31	115.697.817,63
Depósitos restituíveis e valores vinculados (Nota 10)		
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	660.049.383,34	571.200.412,08

Nota 6) DESPESA ORÇAMENTÁRIA: A despesa orçamentária empenhada no exercício foi de R\$ 340.562.068,33.

Nota 7) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS: O valor das transferências financeiras concedidas foi de R\$ 79.000.631,04.

Nota 8) PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os desembolsos extraorçamentários totalizaram R\$ 55.235.183,40. Deste valor, os pagamentos de restos a pagar somam R\$ 7.175.941,47, enquanto os depósitos e valores restituíveis somam R\$ 45.306.469,28 e os outros pagamentos extraorçamentários totalizam R\$ 2.752.772,65.

Nota 9) SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE: O valor disponível em bancos ao final do exercício foi de R\$ 125.659.055,26. Os valores de investimentos e aplicações temporárias foram de R\$ 159.592.445,31. Ao compararmos o saldo ao final do exercício com o saldo final do exercício anterior (R\$ 157.807.320,28), nota-se uma variação (positiva) na ordem de R\$ 27.444.180,29. Foi incluído no saldo para o exercício seguinte na linha investimentos e aplicações temporárias o valor de R\$ 159.592.445,31 do nível 1.1.4 por se tratar de investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com Resolução BACEN CMN nº 4.963/2021, classificados neste nível conforme determina o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público MCASP 9ª e IPC 00. Estes valores são idênticos a linha "Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo" no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.

Nota 10) DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS: O valor dos depósitos restituíveis e valores vinculados foi de R\$ 0,00, e de outros rendimentos foi R\$ 0,00.

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos não interferindo no BFM.

d.2. Divulgações não financeiras:

Não se aplica a este demonstrativo.

d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

BALANÇO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE
Demonstrações Contábeis Consolidadas



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos IX e XI da Resolução TCE-PE nº 217, de 06 de dezembro de 2023)

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

- e) **SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:**

Saldo em 31/12/2023
R\$ 0,00

- f) **INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:**

Saldo em 31/12/2023
R\$ 0,00

- g) **DESCRIÇÃO DE AJUSTES RELACIONADOS ÀS RETENÇÕES, BEM COMO OUTRAS OPERAÇÕES QUE IMPACTEM SIGNIFICATIVAMENTE O BALANÇO FINANCEIRO, SE HOUVER:**

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes. Ademais, não houve operações que impactem significativamente o BFM e necessitem de ajustes.

- h) **INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO IX E XI DA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 217/2023 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:**

h.1. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

h.2 Segregação das Transferências Financeiras recebidas e concedidas:

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (TFR):

Para Execução Orçamentária R\$ 79.000.631,04
Independentes da Execução Orçamentária R\$ 0,00
Para Aportes de recursos para o RPPS R\$ 0,00

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (TFC):

Para Execução Orçamentária R\$ 79.000.631,04
Independentes da Execução Orçamentária R\$ 0,00
Para Aportes de recursos para o RPPS R\$ 0,00

h.3. Detalhamento das Deduções das Receitas Orçamentárias por fonte de recurso:

Rubrica	Fonte de Recursos Próprios	Fonte de Recursos Vinculados
1.7.1.1.51.1.1.00 Cota parte do FPM.	16.067.228,38	0,00
1.7.1.1.52.0.1.00 Cota parte do ITR.	1.365,98	0,00
1.7.1.9.61.0.1.00 Auxílio Financeiro – EC 123/2022	3.198,17	0,00
1.7.2.1.50.0.1.00 ICMS Estado	5.795.083,62	0,00
1.7.2.1.51.0.1.00 IPVA	2.875.383,24	0,00
1.7.2.1.52.0.1.00 IPI	19.669,19	0,00
1.7.2.9.53.0.1.00 Compensação Financeira – LC nº 194/2022	158.991,64	0,00
1.1.1.2.50.0.1.01 Imposto Predial	6.817,76	0,00
1.1.1.3.03.4.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	104.956,00	0,00

BALANÇO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE
Demonstrações Contábeis Consolidadas



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos IX e XI da Resolução TCE-PE nº 217, de 06 de dezembro de 2023)

1.7.1.5.50.0.1 Transferências de Recursos da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT Principal	0,00	25.244,33
1.7.1.5.51.0.1 Transferências de Recursos da Complementação da União ao FUNDEB - VAAF -Principal	0,00	1.372.456,60
1.7.5.1.50.0.1 Transferências de Recursos do FUNDEB - Principal	0,00	13.480,92
Total	25.032.693,98	1.411.181,85

Pela natureza e estrutura do demonstrativo as receitas foram evidenciadas pelos valores líquidos após o abatimento das deduções na fonte de recursos ordinários e do RPPS. Desta forma, a receita bruta total foi de R\$ 399.204.383,31, enquanto as deduções somam R\$ 26.443.875,83, representando o valor líquido de R\$ 372.760.507,48.

i) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPSP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015, ATUALIZADA PELAS PORTARIAS MS/STN Nº 10.300, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2022, E STN/MF Nº 1.569, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023:

Para este município estão sendo utilizados os prazos mais restritivos estabelecidos pela Portaria STN nº 548/2015, atualizada pelas portarias MS/STN nº 10.300, de 1º de dezembro de 2022, e STN/MF nº 1.569, de 11 de dezembro de 2023, para cidades acima de 50.000 habitantes.

i.1. Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público (Poder Executivo e demais entidades da administração direta e indireta):				
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	31/12/2017	Concluído
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	01/01/2021	Em andamento
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	01/01/2021	Concluído
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	01/01/2018	Concluído
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	Imediato	Concluído
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	01/01/2020	Concluído
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	01/01/2020	Em andamento

BALANÇO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE
Demonstrações Contábeis Consolidadas



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos IX e XI da Resolução TCE-PE nº 217, de 06 de dezembro de 2023)

Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	01/01/2020	Concluído
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	01/01/2023	Em andamento
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Em andamento
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	01/01/2020	Concluído
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	01/01/2018	Concluído
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	Imediato	Concluído
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	01/01/2016	Concluído
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	01/01/2021	Em andamento
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	01/01/2020	Concluído
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual

BALANÇO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE
Demonstrações Contábeis Consolidadas



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos IX e XI da Resolução TCE-PE nº 217, de 06 de dezembro de 2023)

Documento Assinado Digitalmente por: EDICLEIDE FERREIRA TORRES DOS SANTOS; FABIO QUEIROZ ARAÇAO
Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 6c5f0854-0fef-4d7f-a7b7-e098e693306

	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	01/01/2022	Concluído
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	20. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos benefícios sociais.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	01/01/2026	Em andamento
Ação	21. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos instrumentos financeiros.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	01/01/2027	Em andamento
Ação	22. Reconhecimento, mensuração e evidenciação Arrendamentos.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	01/01/2028	Em andamento
Ação	23. Reconhecimento, mensuração e evidenciação Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	01/01/2028	Em andamento
Ação	24. NBCT SP 07 (R1) - Ativo Imobilizado Propriedade, Planta e Equipamento.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	01/01/2028	Em andamento
Ação	25. NBCT SP Estrutura Conceitual (R1).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	01/01/2030	Em andamento
Ação	26. Reconhecimento, mensuração e evidenciação Receita.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	01/01/2030	Em andamento
Ação	27. Despesas de Transferência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	01/01/2030	Em andamento

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	Imediato	Concluído

BALANÇO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE
Demonstrações Contábeis Consolidadas



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos IX e XI da Resolução TCE-PE nº 217, de 06 de dezembro de 2023)

Ação				
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS EM REGIME ESPECIAL.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	Imediato	Concluído
Ação				
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS PÚBLICOS.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Receita	Imediato	Concluído

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP				
Ação				
Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretária de Receita	Imediato	Concluído

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP				
Ação				
Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretária de Receita	Imediato	Concluído

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

FÁBIO QUEIROZ ARAGÃO
Prefeito

EDICLEIDE FERREIRA TORRES DOS SANTOS
Contadora
CRC-PE Nº 027067/O-9

Documento Assinado Digitalmente por: EDICLEIDE FERREIRA TORRES DOS SANTOS; FÁBIO QUEIROZ ARAGÃO
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 6c5f085d-0fef-4d7f-a7b7-e098e693306